

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DESCENTRALIZADAS NA RMC¹

Raquel Pereira Alves – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas

Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas

Agência Financiadora: CAPES

INTRODUÇÃO

Este texto reflete e informa dados parciais que estão inseridos em uma pesquisa intitulada “PROJETO BANCO DE DADOS - Descentralização e formação continuada de professores: novas articulações institucionais na RMC”, cujo objetivo principal – além da construção de um banco de dados com informações referentes aos 19 municípios – consiste em analisar as políticas públicas de formação continuada de professores nos sistemas municipais de ensino e compreender o modo como cada cidade da RMC vem respondendo aos desafios demandados pelo processo de descentralização.

A pesquisa é qualitativa e utiliza-se de dados quantitativos para uma possível leitura da realidade, além de fazer uso da metodologia do estudo comparado, permitindo identificar as diferenças e similitudes entre os municípios. Emprega como instrumento de análise os dados encontrados nos censos do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), nas avaliações institucionais (Prova Brasil), nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e nos dados coletados, através de um formulário eletrônico enviado no início de 2012 para todas as SMEs² da RMC. Fez-se uso de um roteiro “matriz” para coleta de dados, permitindo maior aprofundamento sobre as diretrizes e organização da oferta de FCP³.

O objetivo deste pôster é compartilhar com a comunidade acadêmica alguns dados e resultados já encontrados sobre FCP na RMC. Serão apresentados dados parciais,

¹ RMC - Região Metropolitana de Campinas, composta por 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

² SMEs – Secretarias Municipais de Educação

³ FCP - Formação Continuada de Professores

coletados no 1º semestre de 2012 que, juntamente com outros dados, estão sendo analisados pela equipe⁴ da pesquisa.

Na década de 1990 ocorreram mudanças em relação às responsabilidades do Estado que passa de provedor para regulador (BALL, 2004). Os principais pontos de transformação relacionados a esse “novo” Estado são as crescentes privatizações, descentralização e mercantilização do setor público em concordância com um novo cenário político mundial. No Brasil, as políticas públicas de educação percorreram caminhos que levaram a um forte processo de descentralização, em oposição a um Estado centralizador. Martins (2001) esclarece que o conceito de descentralização, muitas vezes é usado como sinônimo de desconcentração e que descentralizar, no caso do Estado, é transferir a ação administrativa, política e financeira para as instâncias locais e/ou regionais, transferindo parcelas de decisões que certamente interferirão nas estruturas centrais do Estado. Enquanto, desconcentrar não ameaça as estruturas do Estado, pois são apenas mudanças de espaço físico-territorial.

Pode-se dizer que houve dois processos de descentralização: um que transferiu para estados e municípios a responsabilidade de diversos serviços públicos, entre eles a educação; outro que transferiu essa responsabilidade para a sociedade civil⁵, decorrendo daí diversas parcerias para a execução dos serviços educativos.

Nesse contexto, tem-se a questão da Formação de Professores que na década de 1990 é apontada pelos organismos internacionais, como um dos eixos para melhoria da educação básica nos países em desenvolvimento. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 regulamentou a formação inicial e continuada como um direito dos profissionais da educação básica e responsabilidade do Estado. Frente a essa necessidade observam-se políticas nacionais, estaduais e municipais direcionadas e organizadas para a FCP.

A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A RMC foi criada em 19 de junho de 2000 pela Lei Complementar Estadual nº 870. A região possui elevado nível de riqueza e desenvolvimento, com um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de 22.000 reais e um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0.835 destacando-se bem à frente das médias estaduais e nacionais de desenvolvimento.

⁴ A equipe da pesquisa é composta por uma aluna de iniciação científica, uma mestre, duas mestrandas, um doutorando e dois doutores e as autoras deste trabalho integram esta equipe.

⁵ Organizações Não-Governamental (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos

A elevada renda per capita de R\$ 19.822,00, quando comparada com os R\$ 13.725 do Estado de São Paulo e os R\$ 6.170,00 do Brasil, fazem com que esta região ocupe posição de destaque nacional. A RMC possui 2.866.453 habitantes distribuídos em 3.647Km² (IBGE, 2012). É a nona maior região metropolitana do Brasil⁶, possui um pólo têxtil e outro tecnológico, centros inovadores no campo da pesquisa científica e tecnológica e reconhecidas universidades.

Em relação aos docentes, a RMC apresenta os seguintes dados:

Tabela 1 – RMC- Docentes por nível e esfera administrativa - 2009.

DOCENTES	Municipal	Estadual	Federal	Privado	Total
Ensino Médio	135	5.310	44	2.010	7.499
Pré – escolar	2445	0	0	1155	3.600
Ensino Fundamental (Séries iniciais e finais).	6.244	8.045	0	4.097	18.386
Total	8824	13.355	44	7.262	29.485

Fonte: IBGE Cidades, 2009.

Apesar da descentralização educacional, verifica-se que a maioria dos docentes, bem como as matrículas do Ensino Fundamental e Médio, encontra-se sob responsabilidade da esfera estadual. Portanto, essa pesquisa trabalha com uma parcela dos professores da RMC. No nível infantil, as matrículas públicas estão concentradas nas esferas municipais, respaldadas pela obrigatoriedade, conforme art. 11 inciso V da LDB. Outro aspecto a ser observado é a forte presença do setor privado na região, dividindo as matrículas totais da RMC com a esfera pública.

Diante do exposto, a pesquisa ora apresentada busca destacar e analisar alguns aspectos das políticas públicas de FCP na RMC, sendo eles: a estrutura para a oferta de FCP, as parcerias com esferas públicas e privadas e a certificação.

A FORMACAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA RMC: ALGUNS RESULTADOS

Em relação à pesquisa, doze municípios responderam às perguntas enviadas por meio do formulário eletrônico, sendo eles: Holambra, Santo Antonio da Posse, Monte

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Censo Brasileiro 2010, Resultados Consolidados.

Mor, Engenheiro Coelho, Santa Bárbara D'Oeste, Jaguariúna, Paulínia, Artur Nogueira, Pedreira, Sumaré, Campinas e Indaiatuba. Quatro destes municípios⁷ possuem Centros de Formação. São centros muito diferentes, com histórico de criação, tempo de “vida” e estrutura diferenciados.

A FCP começou a ser discutida conjuntamente pela RMC, no ano de 2006 através da Câmara Temática de Educação. Chegou-se a pensar em um centro de formação regional único e, após 2006, esta questão passou a ser tratada isoladamente por cada uma das 19 cidades. (RODRIGUES & VIEIRA, 2012)

Campinas se destaca por possuir um centro de formação com origem na década de 1980, com data institucional desde 1996. Esse processo histórico destaca Campinas em relação à história da FCP no território da RMC. É na década de 1990 que os municípios passam pelo processo de descentralização/municipalização do ensino, impulsionados, principalmente, pelo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que em 2007 foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Quanto ao aspecto da estrutura de oferta de cursos na RMC, a pesquisa mostra que 75% das SMEs organizaram alguma formação por conta própria em 2011, nas modalidades de oficinas e cursos de curta duração, em salas das escolas ou em espaços das próprias SMEs.

Outra estratégia de oferta de curso muito utilizada pelos municípios é a parceria com o setor público e o privado. A parceria com o setor público ocorre com relação aos programas de FCP ofertados pelos governos estadual e/ou federal. Com o setor privado, identificam-se parcerias com ONGs, fundações, OSCIPs, movimentos sociais e empresas educacionais. Vale salientar, que no Brasil, essas parcerias passam a ser mais recorrentes na década de 1990, sobretudo com o PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) (PERONI; ADRIÃO, 2005).

As parcerias com o setor privado muitas vezes ocorrem de forma precipitada, devido à grande demanda surgida com a municipalização do ensino, principalmente, nos municípios menores que utilizam a parceria público-privado como forma de atender com rapidez as demandas geradas pela descentralização.

⁷ Municípios que possuem Centro: Santa Bárbara, Pedreira, Campinas e Sumaré.

Os resultados da pesquisa mostram que as SMEs da RMC realizaram diversos tipos de parcerias com os dois setores e que todos os municípios realizaram em 2011 algum tipo de parceria com o setor privado e o público. Dentre os municípios onde mais de 50% da FCP foi ofertada em parcerias com o setor privado, destacam-se Holambra, Monte Mor, Jaguariúna, Santo Antônio da Posse e Artur Nogueira – todos com menos de 50 mil habitantes.

Os dados revelam que as cidades com mais de 100 mil habitantes, que possuem Centro de Formação com programas organizados e bem estruturados com diretrizes definidas, realizam poucas parcerias com o setor privado. É o caso de Campinas, Sumaré, Santa Bárbara e Pedreira (única com menos de 100 mil habitantes).

Pode-se dizer que a experiência adquirida culminou em uma oferta pública valorizada e reconhecida pelos docentes, sendo identificada como um possível fator de inibição da ação do privado, podendo se constituir em um forte aliado na resistência a invasão do setor privado na educação. Esse dado sugere como a presença de um centro organizado e institucionalizado pode diminuir a ação do privado que cada vez mais vem ocupando espaços importantes na educação, tornando-se um mercado em expansão e lucrativo.

Esse aspecto se constituiu em um dado revelador, uma vez que com o processo de descentralização aumentou o número de municípios que aderiram às parcerias público-privado. Nota-se, que nos municípios maiores e com programas estruturados o privado não avançou em termos da FCP, como ocorreu com os municípios pequenos e mais pobres (GREPPE)⁸.

Outro ponto que chama atenção é que a grande maioria dos cursos oferecidos pelas cidades que possuem Centro de Formação são certificados. Em Sumaré, a certificação oferecida pelos cursos da SME impacta na carreira docente, contribuindo para a progressão horizontal. Do grupo das cidades que não possuem Centro de Formação, as que certificaram 100%, possuem parceria com setor privado.

CONCLUSÃO

⁸ Banco de dados do GREPPE. <http://www.fae.unicamp.br/greppe/bd/pesqdados.phd>. acesso 03/ 2013.

Neste cenário, a descentralização contribuiu para a organização de distintos modelos de FCP entre os municípios. Destaca-se uma forte influência do setor privado para prover tais demandas de formação continuada. Entretanto, percebe-se que os municípios que possuem Centro de Formação Continuada, desenvolvem programas legitimados pela comunidade de professores, dificultando o avanço do setor privado na educação pública.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**, v.25, n.89, p. 1105-1126, 2004.

MARTINS, A. M. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação e Sociedade**, ano XXII, nº77, Dezembro/2001.p.28-48.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre o estado e a sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 137-153.

RODRIGUES, V.; VIEIRA, M. Descentralização e formação continuada de professores nas RMC. In **Proposições**, v. 23, n. 2 (68), maio/ago. 2012. p. 67-90.